

Impresso
Especial

9912208497

Instituto dos
Advogados MG

---CORREIOS---

informativo IAMG

Publicação do Instituto dos Advogados de Minas Gerais Ano 5 Número 36 Janeiro, Fevereiro e Março de 2010

95 anos em benefício da cultura jurídica

ÉLCIO PARAÍSO

Noite de festividade
foi marcada pela
entrega de comenda

Págs. 4 e 5

Entrevista: Professor
Humberto Theodoro Junior
Página 3

CPC: comissão especial
do Instituto propõe
mudanças ao novo
código
Página 6

Eventos: Ciclo de Debates sobre
Direito Eleitoral, I Simpósio
Sulamericano de Política sobre Drogas
e Seminário de Práticas Processuais
por Meio Eletrônico
Página 7

editorial

O anteprojeto do Novo Código de Processo Civil

ÉLCIO PARAISO



José Anchieta da Silva
Presidente do IAMG

O nosso Instituto, assim como todos os seus congêneres no Brasil, em face de deliberações unânimes do Colégio de Presidentes adotou o tema do 'Novo CPC' como bandeira, fazendo coro com a Comissão Oficial nomeada pelo Senado da República, presidida pelo Ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça e que conta com a presença de dois ilustres mineiros, o Professor Humberto Theodoro Junior e o Desembargador Elpidio Donizetti Nunes. As audiências públicas, a partir de proposições temáticas da Comissão já estão ocorrendo e o Colégio de Presidentes dos Institutos tem estado presente e tem sido ouvido.

No âmbito de Minas Gerais já está trabalhando Comissão designada especialmente para sugerir alterações e inclusões de textos no anteprojeto, dirigida pelo Doutor Luiz Fernando Valladão Nogueira, Diretor Departamental.

Dentre as ideias que estão sendo discutidas e que, após aprovação de assembleia será adotada como proposta de Minas à Comissão Governamental, algumas já sobressaem e dentre elas: (i) a valorização do princípio constitucional da segurança jurídica que deve sobrepor-se ao princípio da celeridade. Este último, sobre ser um valor não pode comprometer o processo regular; (ii) a valorização do princípio da oralidade, como forma de agilizar o processo, permitindo ao advogado o direito de falar em todas as fases do processo; (iii) a necessidade de se regular os atos processuais pertinentes à desconsideração da pessoa jurídica, a pessoa moral, decorrente daquele corpus mysticus do Direito Canônico. A pessoa jurídica, esta outra pessoa, como ente personificado, é substituída da pessoa natural em face da finitude desta. Desconsiderar-se a personalidade jurídica dos entes coletivos personificados, a

pretexto de combater a fraude sem propiciar-lhe defesa regular, corresponde a punir uma fraude com o cometimento de outra fraude; (iv) a institucionalização da figura do amicus curiae nos casos de razoável complexidade. Afinal, não se pode exigir do magistrado o domínio de todas as áreas do conhecimento; (v) a possibilidade do processo bifásico, com pleito e contra-pleito, de modo a evitar processos apartados como o da reconvenção; (vi) a criação do denominado 'incidente de coletivização' de modo a propiciar que as ações de massa, ações de safra, sejam julgadas de modo coerente, evitando-se decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Nestes casos, o processo deve ser especial porque do julgado emergirá resultado que interessa a toda uma coletividade atingida. Não se pode, nesse passo deixar de anotar que a maioria das chamadas ações de safra decorrem de atos praticados pela próprio Estado.

Sobre o (vii) processo eletrônico, embora se reconheça a dificuldade de se regular o tema - afinal vive-se um tempo em que

as coisas novas ficam velhas antes mesmo de se tornarem conhecidas - será preciso que o novo código, para que tenha vida útil, trace as linhas horizontalizadoras e retrotras dos procedimentos. Tenha-se presente que são mais de noventa tribunais existentes no Brasil e se cada um fizer a organização eletrônica dos processos a seu feito, estará construída a torre de babel. O sacrificado será a advocacia, que não terá meios de bem desempenhar o seu ministério profissional, com irreversível prejuízo para as causas. O CPC da era da linguagem do ponto.com, não pode silenciar-se sobre as regras básicas desse processo eletrônico.

O grande desafio deste ano, no âmbito das instituições que pensam o direito, será o de contribuir na elaboração de um novo Código de Processo Civil. Será fundamental na construção desse novo instrumento, propiciar o resgate da dignidade de duas instituições: a advocacia e a magistratura, sem o que não se terá protegido o cidadão e os seus legítimos interesses demandados. Estamos empenhados nisto.



IAMG - FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1915
RUA GRÃO PARÁ, 737 CONJ. 301, SANTA EFIGÊNIA - BELO HORIZONTE, MG - CEP: 30150-340 - TELEFAX (31) 3241-1226

www.iamg.org.br - iamg@iamg.org.br

DIRETORIA: Presidente: José Anchieta da Silva; Vice-Presidente: Luiz Ricardo Gomes Aranha; 1º Secretário: José Brígido Pereira Pedras Júnior; Tesoureiro: Wellington Luzia Teixeira. CONSELHO SUPERIOR (membros vitalícios): Celso Cordeiro Machado, Décio de Carvalho Mitre, Fernando Andrade Ribeiro de Oliveira e Geraldo Dias de Moura Oliveira. CONSELHO SUPERIOR: Aristoteles Dutra de Araújo Atheniense, Eugenio Klein Dutra, Orlando de Oliveira Vaz Filho e Carlos Mário da Silva Velloso. COMISSÃO DE SELEÇÃO: Ricardo A. Malheiros Fiuza, Lúcia Massara e Maria Isabel Vianna de Oliveira Vaz. CONSELHO FISCAL: Titulares: Raul de Araújo Filho, Maria Beatriz Conde Pellegrino e Antonio Augusto Mercêdo Moreira. Suplentes: Aroldo Plínio Gonçalves, José Marrara e Evandro França Magalhães. REVISTA DO IAMG: Ricardo A. Malheiros Fiuza e Leonardo de Faria Beraldo.

DEPARTAMENTOS DO IAMG: Direito do Consumidor: Alexandre Brígido de Alvarenga Pedras; Direito de Tecnologia da Informação: Sérgio Henriques Zandoná de Freitas; Direito Eleitoral: Antônio Ribeiro Romanelli; Direito Civil: Dilvanir José da Costa (Dir. Adjunto: Humberto Agrícola Barbi); Teoria do Direito: Fernando José Armando Ribeiro (Dir. Adjunto: Juares Monteiro de Oliveira Júnior); Direito Ambiental: Gustavo Brígido de Alvarenga Pedras (Dir. Adjunto: José Arthur de Spirito Kallil); Direito Processual Penal: José Barcelos de Souza (Dir. Adjunto: Luciano Santos Lopes); Direito Processo Civil: José Marcos Rodrigues Vieira (Dir. Adjunto Bruno Cesar Fernandes); Direito Tributário e Financeiro: Dalmar do Espírito Santo Pimenta (Dir. Adjunta Alessandra Machado Brandão Teixeira); Direito Constitucional: Juliana Campos Horta (Dir. Adjunta Patrícia Henriques Ribeiro); Direito Internacional: Antonio Marcos Nohmi; Direito Empresarial: Luciana Diniz Nepomuceno (Dir. Adjunto: Jean Carlos Fernandes); Direito de Família: Luis Fernando Valladão Nogueira (Dir. Adjunto: Sofia Miranda Rabelo); Direito Administrativo e Agrário: Maria Coeli Simões Pires (Dir. Adjunto Luciana Moraes Raso Sardinha); Direito do Trabalho: Maurício Martins de Almeida (Dir. Adjunto Paulo Araújo); Direito Penal: Odilon Pereira de Souza (Dir. Adjunto: Felipe Martins Pinto); Direito das Minas e Energia: William Eduardo Freire; Propriedade Industrial: Hidelbrando Portes Neto; Direito Municipal: José Nilo de Castro; Direito Previdenciário: Marcelo Barroso Lima Brito de Campos (Dir. Adjunto Dinora Carla de Oliveira Rocha Fernandes); Direito Econômico: Nilson Reis.



INFORMATIVO IAMG: Órgão de divulgação do Instituto dos Advogados de Minas Gerais - Jornalista Responsável: Sérgio Stockler (MTB 5.741 - MG) - Redação: Ariane Lemos e Pollyanna Alcântara - Tiragem: 3.000 exemplares - Periodicidade: Trimestral - Distribuição Gratuita

entrevista HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

“O aprimoramento da Justiça depende de muito mais coisas do que reformas legislativas”

O Atualmente o foco das atenções da comunidade jurídica tem sido a elaboração do anteprojeto do novo Código de Processo Civil, conduzida pela Comissão de Juristas do Senado Federal. Em vários estados brasileiros estão sendo realizadas audiências públicas com o intuito de discutir proposições ao novo CPC. Com o objetivo de debater um pouco mais sobre o assunto, o Informativo do IAMG conversou com o professor Humberto Theodoro Júnior, segundo jurista mineiro integrante da Comissão do Senado.

IAMG: Como o senhor avalia o novo atual Código de Processo Civil? Há, de fato, necessidade de modificações e em quais pontos?

Humberto Theodoro Jr.: O código atual é bom, pois contém institutos e mecanismos que o inserem entre os mais modernos, mesmo em comparação com os dos povos mais civilizados. Vem sofrendo, no entanto, uma sucessão muito grande e constante de emendas nos últimos anos, o que acarreta uma instabilidade que dificilmente a doutrina e a jurisprudência conseguem pacificar em curto prazo. A sensação que se tem é de que há muita novidade a ser a ele incorporada, o que por si só justifica uma obra legislativa maior e mais definitiva, na medida do possível. Assim, é de se esperar que um novo código venha a refrear a ânsia sempre crescente de reformas da lei processual, contribuindo para maior segurança jurídica no acesso à Justiça.

IAMG: A elaboração de um novo Código de Processo Civil exige tempo e debates. O senhor acredita que, no caso do novo CPC que está sendo elaborado, está havendo observância a estes requisitos?

HTJ: É certo que um novo Código não se escreve em curto prazo, pela natural complexidade de seu conteúdo e pela necessidade de ser ouvida a Nação. O prazo assinalado para a comissão atualmente encarregada de preparar o anteprojeto é muito exíguo e é de se esperar que seja prorrogado, permitindo aos juristas contribuir para o seu aprimoramento, antes do encaminhamento ao Congresso.

IAMG: Como o senhor avalia a atuação do IAMG neste debate e de que forma entidades afins podem influenciar no resultado final?

HTJ: Entendo que o presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, Dr. José Anchieta da Silva, tem razão quando frisa a importância de ter acesso ao texto completo do anteprojeto para formular sugestões mais consistentes.

IAMG: O senhor acredita que há excesso de recursos, de fato? Neste setor, quais as propostas mais significativas feitas pela Comissão de Juristas do Senado?

HTJ: Imagino que algo se possa fazer para reduzir o excesso de recursos de que se queixam, principalmente, os Tribunais. Não seria, no entanto, cabível uma redução muito drástica que comprometesse seriamente a dualidade de instâncias, entre o primeiro e o segundo grau de jurisdição. Os embargos infringentes realmente não se justificam, mas imagino que sua supressão pouco repercutirá sobre o volume dos feitos nos Tribunais. É, talvez, no campo das decisões interlocutórias que se possa intentar alguma coisa mais prática, a exemplo do que já existe na Justiça do Trabalho.

IAMG: A atuação efetiva do advogado, em consonância com princípios constitucionais, pode ser assegurada, com mais clareza, no novo Código de Processo Civil?

HTJ: Não penso que seja o Código de Processo o melhor lugar para se cuidar do papel constitucional reservado ao advogado. Não há no Código atual nada que impeça ou diminua a missão prevista para ele na Constituição.

IAMG: Em que ponto o novo CPC poderá obstar os abusos e proteções praticados pelas Fazendas Públicas?

HTJ: A eliminação do recurso *ex officio* e a imposição de honorários sucumbenciais mais significativos talvez contribuam para reduzir as proteções costumeiramente praticadas pela Fazenda Pública em juízo.

IAMG: A extinção da reconvenção e das cautelares específicas ajuda a eliminar o excesso de formalismos hoje existente?

HTJ: Essa ideia tem conseguido sensibilizar a comissão encarregada do novo Código.

IAMG: O senhor acha que a só mudança das leis trará agilidade e eficiência ao Judiciário? O que mais deve ser mudado, para que se melhore a prestação jurisdicional?

HTJ: Imagino que a principal meta de um novo código de processo esteja acima de tudo numa parte geral bem redigida de modo a ressaltar os vínculos e deveres da jurisdição com os direitos fundamentais assegurados pela Constituição. O aprimoramento da prestação jurisdicional depende muito mais da consciência de que o processo tem compromissos de efetividade com os princípios e direitos da Lei Maior do que do mero estabelecimento de procedimentos mais ou menos complexos. A condução do processo rumo ao encerramento dentro de um prazo razoável depende basicamente da superação das “etapas mortas” da marcha procedimental, contra as quais as inovações legislativas podem muito pouco. Nenhuma reforma de lei conseguirá êxito expressivo se não for acompanhada de expedientes administrativos tendentes ao aprimoramento material e humano dos serviços judiciários.

IAMG: Existem proposições no sentido de serem evitadas imposições pelos juizes e tribunais de



Humberto Theodoro Júnior,
professor e desembargador
aposentado do TJMG

formas processuais exageradas e que conduzem ao não enfrentamento do mérito de recursos?

HTJ: A proposta em que se empenha a comissão é de reduzir os procedimentos a basicamente um só, eliminando-se a improdutiva distinção de procedimento ordinário e procedimento sumário. Ao juiz, outrossim, se atribui poder de adaptar o procedimento legal às peculiaridades do caso concreto, em função da aceleração processual e da efetividade da prestação jurisdicional, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa.

IAMG: O que o cidadão pode esperar deste novo CPC?

HTJ: O anseio social no momento é o de um acesso fácil e econômico aos Tribunais e de obtenção de uma resposta capaz de prestar a justa tutela jurisdicional diante de qualquer lesão ou ameaça a direito subjetivo. Um novo código pode traçar o caminho para que esses desideratos se tornem factíveis. Não creio, todavia, que somente um diploma normativo seja suficiente para tanto. Como já manifestei, o aprimoramento da Justiça depende de muito mais coisas do que reformas legislativas.

Caminhada vigorosa rumo ao centenário

No dia 5 de março foi realizada cerimônia oficial em comemoração aos 95 anos de fundação do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. A Casa de Mendes Pimentel caminha com vigor rumo ao seu centenário e celebrou a data de forma especial. Na ocasião foram empossados novos associados, outorgada a Medalha do IAMG e lançadas publicações científicas. A solenidade foi conduzida pelo presidente José Anchieta da Silva e reuniu membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, representantes de entidades de classe, membros da magistratura, diretores e associados do IAMG.

Para José Anchieta, completar 95 anos é uma demonstração de vitalidade. Em sua fala, na abertura da sessão solene, ele resgatou os nomes de alguns vultos expressivos que se alinharam e se alinharam ao trabalho do Instituto dos Advogados de Minas, em prol do aperfeiçoamento da cultura jurídica. Na ocasião, o presidente do IAMG registrou o lançamento do novo site do IAMG e do Colégio de Presidentes e apresentou a Revista do IAMG, número 15, e da edição temática sobre a nova lei de Mandado de Segurança. “Seu conteúdo contribuirá para a construção de uma jurisprudência saudável que não permitirá que o cidadão seja abandonado”, argumentou.

Um dos momentos mais aguardados da noite foi a condecoração de seis profissionais com a Medalha do IAMG. A comenda do Instituto está em seu terceiro ano e foi criada para reconhecer o trabalho de profissionais de destaque, que atuam



Cerimônia foi prestigiada por membros da magistratura, autoridades, diretores e associados do IAMG e muitos outros

em distintas áreas do Direito. Este ano, os agraciados foram: Claudiovir Delfino (Advogado), Celso Cordeiro Machado (Magistério Jurídico), Reynaldo Ximenes Carneiro (Magistrado), Marco Antônio Borges (Ministério Público), Túlio Márcio dos Santos da Trindade (Polícia Federal) e Ivo Campos Athayde (Servidoria da Justiça). Por motivos de saúde, o advogado e professor Celso Cordeiro Machado, ex-presidente do IAMG, não compareceu à solenidade e foi representado pro seu filho, Emerson Cordeiro Machado.

Ainda dentro das homenagens, o escritório Aristoteles Atheniense Advogados fez uma referência especial ao servidor Ivo Campos Athayde e ao advogado Claudiovir Delfino com a entrega de placas de congratulações.



Ao todo foram empossados 21 novos associados, entre advogados e desembargadores

Novos associados

Os empossados na festividade de 95 anos do Instituto foram os seguintes profissionais: Andréa Gouthier Caldas, Armando Quintão Belo de Oliveira Júnior, Azis Tuffi Saliba, Bernardo Ribeiro Câmara, Carla Silene Cardoso Lisboa Bernardo Gomes, Dierle Jose Coelho Nunes, Frederico Gomes de Almeida Horta, Gustavo Almeida Paolinelli de Castro, Gustavo Costa Nassif, Gustavo Fonseca de Castro, Herbert José Almeida Carneiro, Júlio César Faria Zinie, Jorge Ferreira da Silva, José Altivo Brandão Teixeira, José Américo Martins da Costa, Leticia Junger de Castro Ribeiro Soares, Márcia Maria Milanês, Maria Elisa Braz Barbosa, Plauto Rino Pompeu, Tércio Túlio Nunes Marcatto e Wladimir Rodrigues Dias.

Jorge Ferreira da Silva, advogado de Ipatinga e novo associado do IAMG, falou sobre seu interesse em associar ao Instituto, destacando a necessidade de interiorização. “Essa Instituição é ligada à pesquisa do Direito e hoje há uma demanda da nossa sociedade por uma recuperação de valores, por uma fixação do direito como um canal estreito para os anseios da sociedade e pela seriedade e a história da Instituição. Sou da região do Vale do Aço e acho que levar essa faceta científica do direito de uma maneira organizada, sistêmica faz com que o advogado que hoje trabalha no interior tenha acesso realmente a essa vertente sistematizada e na busca realmente do lado científico do direito”.

Personalidades do direito são homenageadas nos 95 anos do IAMG

Um dos momentos mais aguardados das comemorações dos 95 anos do Instituto dos Advogados de Minas foi a entrega solene da Medalha do IAMG. A comenda está em seu terceiro ano e foi criada para reconhecer o trabalho de profissionais de destaque, que atuam em seis distintas áreas do Direito. Veja o que disseram os agraciados com a condecoração deste ano.

ADVOGADO Claudiovir Delfino

Recebo essa homenagem com muita honra, mas faço questão de dividi-la com o professor Edson Prata, pois foi ele quem trabalhou para a criação do Instituto no interior e ele quem me conduziu para essa instituição. Também gostaria de dividir esse momento com todos aqueles companheiros com quem convivo no IAMG – Seção Uberaba, onde já tive a oportunidade de ser presidente e em particular com o professor José Anchieta, que tem dirigido o nosso Instituto tão bem. O IAMG reúne hoje e desde a sua fundação as pessoas mais importantes da cultura jurídica. Eu vejo o Instituto como o ícone do direito.



MAGISTÉRIO JURÍDICO Celso Cordeiro Machado

Emerson Cordeiro Machado, filho e representante do homenageado

Eu me sinto bastante honrado e agradecido pela homenagem que o Instituto dos Advogados de Minas Gerais concedeu a meu pai, nesta noite. É uma alegria muito grande comparecer aqui e receber essa homenagem, em nome de meu pai, que eu tanto admiro. Este é um reconhecimento por sua vida de dedicação ao Direito, ao magistério e à profissão. É uma pena que ele não esteja aqui presente, por motivo de saúde.



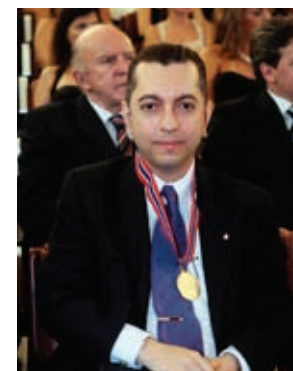
MAGISTRADO Reynaldo Ximenes Carneiro

Estou muito feliz, pois recebo essa medalha justamente no período em que estou encerrando meu mandato na Escola Judiciária Desembargador Edésio Fernandes e terminando a minha atividade na judicatura. Nada mais emocionante do que ser homenageado pelos meus parceiros, amigos e companheiros de atividade jurídica. O IAMG é a mais ilustre e a mais importante Instituição que tem no Estado, porque ela não é só de um segmento do mundo jurídico ela tem profissionais de todas as carreiras e todos eles são pessoas que contribuíram e contribuem para as letras jurídicas.



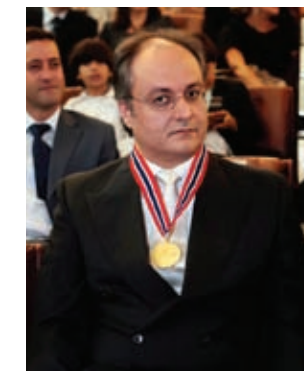
MINISTÉRIO PÚBLICO Marco Antônio Borges

Essa homenagem é na verdade o coroamento de uma carreira que tenho feito e que me deixa muito lisonjeado e feliz, porque meu relacionamento com a classe dos advogados é o melhor possível. Eu sempre procurei fazer o melhor na minha carreira. A única coisa que tenho a fazer é agradecer por esse coroamento e reconhecimento que vem em boa hora. O IAMG faz politicamente um trabalho intelectual de extrema importância. Fico muito feliz e honrado por ter sido indicado por essa entidade que tanto faz pelos advogados e a qual eu também fui advogado.



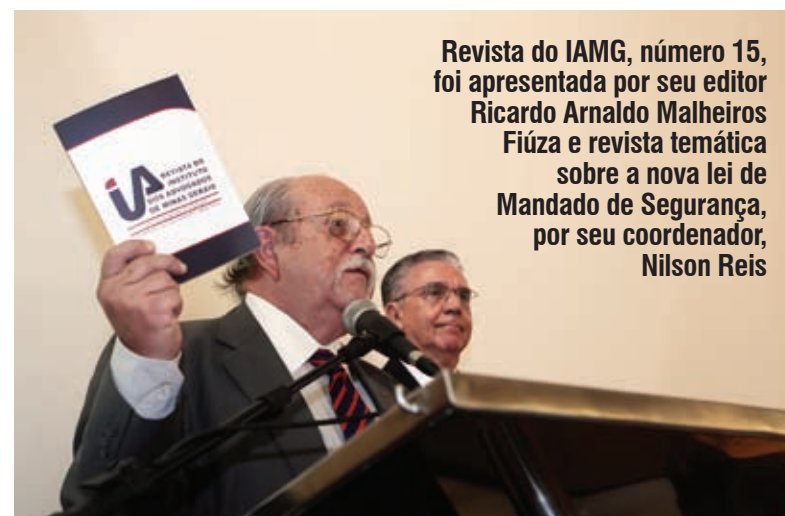
POLÍCIA FEDERAL Túlio Márcio dos Santos da Trindade

Fiquei muito honrado com essa distinção do Instituto. Essa homenagem pra mim tem um valor especial, pois advoguei durante 10 anos, antes de ingressar ao serviço público, na carreira no departamento de polícia da Polícia Federal. Sinto-me ainda mais honrado e feliz com essa homenagem por ser em um momento em que o Instituto comemora também aniversário. Uma entidade com todo esse tempo de existência é uma entidade sólida e naturalmente é mantida por profissionais muito zelosos. Mesmo sendo delegado federal, de todas as profissões do Direito eu considero a profissão do advogado a mais bela. Vejo uma nobreza no trabalho do advogado, naturalmente valorizando as demais profissões jurídicas, mas vejo algo especial na advocacia porque advogado é o restaurador da liberdade.



SERVIDORIA DA JUSTIÇA Ivo Campos Athayde

Esse momento para mim é da maior relevância, porque estou no Tribunal de Justiça de Minas há 45 anos e receber uma homenagem como essa nos enaidece. É o reconhecimento de que temos feito um bom trabalho. Isso enche o nosso ego. Eu já poderia estar aposentado há mais de 10 anos, mas eu amo o que eu faço e por isso eu continuo e não tenho a tendência de parar ainda. Até quando eu puder quero estar em meu posto, servindo os advogados.



Revista do IAMG, número 15, foi apresentada por seu editor Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza e revista temática sobre a nova lei de Mandado de Segurança, por seu coordenador, Nilson Reis

Minas sedia primeira audiência pública sobre Código de Processo Civil

Tendo o Código de Processo Civil em sua pauta de trabalhos há alguns anos, o Instituto dos Advogados de Minas e o Colégio de Presidentes estão acompanhando de perto os debates em torno do tema. Nacionalmente, representantes das sedes estaduais de Instituto dos Advogados marcam presença nas audiências públicas realizadas pela Comissão de Juristas, criada pelo Senado para elaborar o anteprojeto do CPC. No âmbito mineiro, o Instituto de Minas criou uma comissão especial para acompanhar as discussões, coordenada pelo advogado Luiz Fernando Valladão, Diretor do Depto. de Direito Processual Civil do IAMG.

Abertura dos debates

Em 26 de fevereiro, Minas Gerais sediou a primeira audiência pública com a comissão de juristas. O encontro ocorreu no TJMG, onde estiveram presentes o seu presidente, ministro do STJ Luiz Fux, e os membros desembargador Elpidio Donizetti Nunes e professor José Miguel Garcia Medina. Na abertura dos trabalhos, o ministro Fux explicou que o código é um instrumento de acesso da população. “Temos que simplificá-lo para que se torne ao alcance do povo. Trabalhamos sobre o enfoque da maturação razoável do processo, considerando o excesso de formalidades, volumes de demanda e volume absurdo de recursos”.

Em pronunciamento, o presidente do IAMG, José Anchieta da Silva, criticou a forma acelerada com a qual os debates vêm sendo

realizados. “Em momento de ab-soluta democracia, o que não pode ser escrito na história do Brasil é um código imposto para atender a um regime temporal e extremamente curto. Essa audiência só pode ser admitida como audiência preliminar, porque falta o convidado principal, o anteprojeto”, afirmou. O advogado pontuou que o código deve ter regras próprias de cumprimento da chamada desconsideração da pessoa jurídica e defendeu a necessidade de se prestigiar o princípio da oralidade e enfatizou: “a celeridade não é e não pode ser um valor absoluto. Um valor que se sobrepõe ao o da celeridade é o da segurança jurídica”.

Ministro Fux não se manifestou sobre a velocidade impressa na elaboração do anteprojeto, mas falou das propostas referentes à celerida-

De acordo com Valladão é muito importante que diretores e associados do IAMG, assim como toda comunidade jurídica, apresentem suas propostas ao novo CPC. Todas as proposições têm sido submetidas à avaliação da comissão especial do IAMG que posteriormente irá encaminhá-las aos membros mineiros da Comissão do Senado e em seguida a presidência da comissão nacional de juristas. O coordenador ainda afirma que o Instituto divulgará em breve as primeiras propostas.

Em junho, o IAMG em parceria com o Curso de Direito do Centro Universitário Newton Paiva realizará um ciclo de palestras sobre os diversos temas colocados para o novo CPC.



Presidente do IAMG criticou o fato do anteprojeto não ter sido discutido pela comunidade jurídica

de processual. “Nós estamos instituindo algumas penalidades e ônus financeiros decorrentes do excesso de recursos. Então, a cada movi-

mento que a parte faz e perde, ela pagará novas sucumbências, que estamos denominando sucumbência recursal”, detalhou.



IAMG sai na frente

Antecipando-se à primeira audiência pública da Comissão de Juristas, o Instituto dos Advogados de Minas promoveu sessão especial, no dia 24 de fevereiro. Dezenas de advogados lotaram o auditório para ouvir os esclarecimentos do Des. Donizetti. De acordo com o magistrado, não será feito um novo Código. “Haverá a reforma do Código na forma de uma nova lei”, definiu. Questionado sobre a celeridade processual, defendeu que não se pode transformar a justiça em uma injustiça rápida. “É preciso que se defina rapidamente o direito das pessoas, mas ninguém quer uma definição extremamente ágil, dependendo da natureza do Direito. E dependendo da natureza do Direito nós podemos transformar a justiça em uma injustiça rápida. E isso nós não queremos”, enfatizou.

Ao final do encontro, o desembargador se prontificou a levar às reuniões da Comissão de Juristas as propostas então encaminhadas pela Comissão do IAMG. “Fica aqui o compromisso de levar propostas escritas à Comissão. E o que ouvi aqui são propostas muito pertinentes. Isso já era de se esperar pelo nível e experiência da maior parte dos advogados aqui presentes.

Seminário: Práticas Processuais por Meio Eletrônico



O Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG), sob a coordenação do advogado especialista em Direito e Internet, Alexandre Atheniense, promoverá no mês de maio o seminário “Práticas Processuais por Meio Eletrônico”. O evento, que é pioneiro no país, debaterá o uso da tecnologia na justiça brasileira e também os avanços e utilizações do processo eletrônico nos Tribunais Superiores, na Justiça do Trabalho, na Justiça Estadual e Juizados Especiais Cíveis.

As palestras serão realizadas nos dias 5, 12 e 19 de maio no auditório do IAMG (Rua Grão Pará, 737 – conj.301 – Santa Efigênia). Participam profissionais de renome na área, entre eles advogados, juizes e ministros. No dia 28 de maio, no auditório do TJMG (Rua Goiás, 229 – Centro), haverá um workshop de encerramento com o tema: “Como utilizar as práticas processuais por meio eletrônico”.

A programação completa do seminário pode ser conferida também no site do IAMG. Mais informações pelo telefone: (31)3241-1226.

I Simpósio Sulamericano de Política sobre Drogas: Crack e Cenários Urbanos

A Secretaria de Estado de Esportes e Juventude (SEEJ), por intermédio da Subsecretaria de Políticas Antidrogas, realiza entre os dias 6 a 8 de maio, o I Simpósio Sulamericano de Políticas sobre Drogas: crack e cenários urbanos. O evento, que acontecerá no Centro Mineiro de Referência em Resíduos (Rua Belém, 40 – B.H), será palco de discussões e elaboração de ações efetivas frente às demandas do consumo abusivo de crack impostas à sociedade, tornando a política sobre drogas pauta das agendas setoriais de Governo.

O Simpósio é aberto ao público, mediante inscrição prévia, e voltado prioritariamente para magistrados, estudantes universitários, profissionais ligados à área e de saúde. Os interessados devem fazer a inscrição no site do Observatório Mineiro de Informações sobre Drogas (www.omid.mg.gov.br).

Participarão do simpósio nomes

workshop de encerramento com o tema: “Como utilizar as práticas processuais por meio eletrônico”.

O Seminário é destinado aos advogados, estudantes de Direito, membros do Ministério Público, magistrados, servidores e notários. As inscrições já estão abertas. Para participar o interessado deverá preencher o formulário de inscrição (disponível no site: www.iamg.org.br) e encaminhá-lo juntamente com o comprovante de pagamento para o e-mail: iamg@iamg.org.br ou pelo fax: (31)3241-1226. As inscrições também podem ser feitas presencialmente na sede do Instituto.

A programação completa do seminário pode ser conferida também no site do IAMG. Mais informações pelo telefone: (31)3241-1226.

exponentes no cenário sulamericano que são referência na construção de Políticas Antidrogas, no que se refere a legislação e saúde, além de especialistas de diversas áreas. O evento conta com a parceria do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do Ministério Público de Minas Gerais – CAO Saúde e da Associação Comercial de Minas Gerais – ACMinas.

Para o subsecretário de Políticas Antidrogas, Cloves Benevides a realização deste simpósio é uma ação que visa à atenção específica ao dependente de crack. “Nosso objetivo é ampliar e desenvolver ações para subsidiar o Plano Estadual sobre Drogas no que concerne à exclusiva ação a dependência química” afirma Benevides.

A programação completa do evento já está disponível no site do IAMG (www.iamg.org.br). Mais informações pelo telefone: (31)3349-2500.

Ciclo de Debates: Legislação Eleitoral e Eleições 2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais com o apoio do Instituto dos Advogados de Minas Gerais promove gratuitamente nos dias 31 de maio e 1º de junho o Ciclo de Debates: “Legislação Eleitoral e Eleições 2010”.

O objetivo do evento é promover um debate da atual legislação eleitoral e suas inovações, com ênfase nas normas atinentes à campanha eleitoral – financiamento, propaganda e prestação de contas – e aos ilícitos eleitorais, além de propiciar a discussão entre o Poder Público e a Sociedade Civil organizada sobre o tema proposto.

Durante dois dias de intensa

programação, respeitados profissionais da área, como o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Joelson Costa Dias; ministro Carlos Velloso; Desembargador José Tarcísio de Almeida Melo; Procurador José Jairo Gomes e outros irão abordar assuntos específicos da área de direito eleitoral através de conferências e palestras.

As inscrições já estão abertas e podem ser feitas no site da Assembleia Legislativa (www.almg.gov.br). A programação completa e atualizada será divulgada em breve no site: www.iamg.org.br. Outras informações pelo telefone: (31)3296-8331.

Acompanhe abaixo a programação preliminar do evento:

31 de maio de 2010

14h – Abertura - Composição de Mesa: Poder Legislativo: Deputado Alberto Pinto Coelho – Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais / Poder Executivo: Antônio Augusto Junho Anastasia – Governador de Minas Gerais / Poder Judiciário: Desembargador Sérgio Antônio de Resende – Presidente TJMG e Desembargador José Tarcísio de Almeida Melo – TJMG

14h30 – Conferências - Ministro Joelson Costa Dias (TSE)

15h30 – Financiamento de campanha e prestação de contas

Abuso do poder econômico nas eleições - Palestrante: Ministro Carlos Velloso / Debatedor: Dr. Marco Antônio Rebelo Romanelli (AGE)

Captção e gasto ilícito de recursos - Palestrante: Dr. Luiz Gustavo Severo (Instituto Paranaense de Direito Eleitoral) / Debatedora: Dra. Adriana Belli

Prestação de contas - Palestrante: Dr. Adriano Denardi (TRE) / Debatedor: Dr. Walter Roosevelt Coutinho - Presidente do CRC/MG

17h – Debate - Coordenador: (a confirmar)

18h30 – Encerramento

1º de junho de 2010

09h – Conferências - Ministra Carmem Lúcia (STF / TSE) (a confirmar) / Des. José Tarcísio de Almeida Melo (TJMG / TRE)

10h – Inovações da legislação eleitoral Mini-reforma eleitoral - Palestrante: Procu-

rador José Jairo Gomes (TRE) / Debatedora: Dra. Edilene Lobo

Propaganda eleitoral - Palestrante: Dr. Guilherme de Salles Gonçalves (Instituto Paranaense de Direito Eleitoral) / Debatedora: Dra. Ana Márcia dos Santos Mello

O direito de resposta na perspectiva dos direitos fundamentais - Palestrante: Dra. Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro / Debatedor: (a confirmar)

11h30 – Debate - Coordenador: (a confirmar)

12h30 – Intervalo

14h – Conferência Ministro Sepúlveda Pertence

14h30 – Ilícitos eleitorais

Condutas vedadas na campanha eleitoral - Palestrante: Dr. Luis Carlos Gambogi (AMM) / Debatedor: Juiz Bruno Terra Dias – (a confirmar)

Captção ilícita de sufrágio - Palestrante: Promotor Edson Resende – (a confirmar) / Debatedor: Adv. Antônio Ribeiro Romanelli

O problema da autoria e a necessidade de conduta para a imputação criminal - Palestrante: (a confirmar) / Debatedor: Prof. Felipe Martins Pinto (Direito processual penal – UFMG)

16h – Projeto de lei “Ficha Limpa” Projeto de lei “Ficha Limpa” - Palestrante: Dr. Marcello Lavenère (MCCE) – (a confirmar) / Palestrante: Dr. Odilon Pereira de Souza

16h40 – Debate - Coordenador: (a confirmar)

18h – Encerramento

Visita à Amagis

No dia 10 de fevereiro, parte da Diretoria do Instituto dos Advogados de Minas esteve na Associação dos Magistrados Mineiros para uma visita de cortesia ao seu novo presidente, juiz Bruno Terra, que integra o quadro de associados do IAMG.

“Somos duas instituições das mais tradicionais do segmento jurídico em Minas. Os propósitos da

Amagis coincidem com os do Instituto. Nós queremos uma justiça mais objetiva, um processo mais rápido, sem, contudo, comprometer o princípio da segurança jurídica”, analisou o presidente do IAMG. Já o presidente da Amagis enfatizou interesses comuns entre as duas instituições. “Essa faceta comum pode, e deve, ser tratada com cuidado e atenção, a



BRUNO CONTI

fim de que haja maiores possibilidades de amplo sucesso, uma vez que, instituições unidas são significativamente mais fortes e persuasivas nas conquistas de suas metas”, afirmou.

Da diretoria do IAMG, participaram da visita José Anchieta da Silva,

Luiz Ricardo Gomes Aranha, José Brígido Pereira Pedras Júnior e Wellington Luzia Teixeira, além dos diretores de departamento Alexandre Brígido e Felipe Pinto Martins. A diretora Cultural da Amagis, juíza Mariângela Meyer, também esteve presente ao encontro.

destaques

ÉLCIO PARAÍSO



Moacyr Lobato de Campos Filho

No dia 24 de fevereiro, o procurador Moacyr Lobato de Campos Filho, associado ao IAMG, foi empossado, no Palácio da Liberdade, pelo ex-governador Aécio Neves como novo secretário de Estado de Defesa Social. O novo secretário atuou como secretário-adjunto da pasta entre junho de 2007 e março de 2009. Moacyr Lobato de Campos Filho é formado em Direito pela UFMG (turma de 1981) e é professor da PUC Minas e da Escola Superior de Advocacia da OAB.

Congresso Internacional de Advogados de Língua Portuguesa

O presidente do Colégio de Presidentes dos Institutos dos Advogados do Brasil e do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, José Anchieta da Silva, foi convidado para representar as duas instituições no I Congresso Internacional dos Advogados de Língua Portuguesa, que ocorreu de 22 a 24 de março, em Lisboa.

O encontro foi organizado pela União dos Advogados de Língua Portuguesa (UALP), que integra as Ordens dos Advogados de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Portugal e de São Tomé e Príncipe, bem como a Associação dos Advogados de Macau.

Com o tema “Os Desafios da Advocacia de Língua Portuguesa no Mundo Sem Fronteiras”, o evento reuniu advogados de vários países para discutir assuntos relativos ao papel do profissional do direito e ao funcionamento dos sistemas de justiça.

A programação foi dividida em três sessões plenárias, sendo elas: “As Prerrogativas dos Advogados como Garantias dos Cidadãos”, “O Sigilo Profissional do Advogado” e “A Inscrição Obrigatória”. Em cada uma dessas sessões foi elaborada uma proposta de conclusões apresentadas e aprovadas na sessão plenária final.

Instituto dos Advogados Brasileiros elege novo presidente

O advogado e professor titular de Direito Penal, no Rio de Janeiro, Fernando Fragoso, foi eleito, no último dia 14 de abril, presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) para o período de 2010 a 2012.

Em entrevista concedida ao Folha do IAB – edição março/abril 2010, Fragoso afirma que sua primeira missão será restabelecer a importância da entidade. “Será preciso dar vida às sessões plenárias e às comissões. Os sócios terão atrativos para voltar ao convívio da instituição. A qualidade do debate integra a chama

de atração que manteremos acesa”.

Outra proposta do novo presidente é voltar a influir junto aos Poderes da República, não somente apoiando ou rejeitando projetos, mas criando e intervindo nos debates com seriedade e consistência jurídico-científica. “Iremos restabelecer a tradição com olhos no presente e no futuro”, destaca.

Fernando Fragoso é membro do IAB desde 1986. De acordo com a assessoria de imprensa da instituição, em breve será divulgada a data da posse do novo presidente. Mais informações pelo site: www.iabnacional.org.br.

lançamento

“Práticas processuais por meio eletrônico”, de Alexandre Atheniense

DIVULGAÇÃO



No dia 28 de maio, o advogado especialista em Direito e Internet, Alexandre Atheniense, lançará o livro “Práticas processuais por meio eletrônico”. A publicação aborda toda a regulamentação existente relativa às práticas processuais por meio eletrônico que já estão em uso nos 92 tribunais brasileiros e apresenta um comentário por artigo da Lei do Processo Eletrônico - Lei 11.419/2006.

Destinada às áreas de Processo Civil e Práticas de Processo Civil, a obra é um manual essencialmente prático cujo objetivo é fazer com que os atores processuais entendam como estão sendo utilizadas as rotinas processuais sem papel e independente das barreiras geográficas.

De acordo com o autor, o livro é resultado de inúmeras horas de pesquisas desenvolvidas junto a todos os tribunais brasileiros que estão em fase de transição para instituir regras processuais ao processo sem papel. “O trabalho teve início logo após a promulgação da Lei 11.419/2006, ocorrida há três anos. Mas ele será atualizado continuamente, pois estas mudanças serão implementadas gradativamente nos próximos anos”, explica Atheniense.

A obra, coordenada e escrita pelo advogado Alexandre Atheniense, contou com o auxílio de diversos pesquisadores que compilaram todas as normas de organização judiciária existentes no Brasil referente às práticas processuais por meio eletrônico.

O lançamento do livro ocorrerá às 16h, no auditório do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (Rua Goiás, 229 – Centro), dentro da programação do workshop de encerramento do Seminário: “Práticas Processuais por Meio Eletrônico”.